

Apresentação

Encerramos o nosso segundo ano de edição. A Revista Fineduca, com isto, traz aos leitores doze artigos inéditos sobre financiamento da educação. O primeiro artigo, intitulado “Gestão financeira descentralizada: uma análise do Programa Dinheiro Direto na Escola”, de autoria de Ana M. A. Moreira, discute a gestão financeira descentralizada da escola pública como parte de um novo modelo de financiamento de políticas educacionais, que vem se consolidando com o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). O estudo mostra que tal modelo foi elaborado no contexto das reformas educacionais dos anos 1990, que tomavam a descentralização e focalização como eixos centrais.

O segundo artigo, de autoria de Janara S. Scalabrin, intitula-se “Educação em tempo integral: como pagar a conta?”, e toma, como o título sugere, a educação em tempo integral, que sempre surge como uma espécie de solução para todos os problemas educacionais no Brasil. O texto retoma questões em relação à universalização do acesso ao ensino fundamental e ao descompasso entre quantidade e qualidade do ensino público. A autora apresenta o ordenamento constitucional-legal brasileiro em relação à ampliação do tempo educativo e dois modelos de educação em tempo integral que vem sendo adotados pelos sistemas de ensino: tempo integral na escola e tempo integral em espaços educativos. Por fim, o trabalho aborda a questão do financiamento público para esta modalidade de ensino, concluindo pela necessidade de maior investimento para que a ampliação quantitativa acompanhe a ampliação qualitativa da educação.

O artigo seguinte tematiza os “Desafios atuais referentes ao financiamento de uma educação de qualidade”, foi elaborado por Ângelo R. de Souza e Andréa B. Gouveia. Os autores partem da compreensão de que uma educação de qualidade supõe a distribuição do direito à educação entre todas as pessoas, respeitando a o que está definido na legislação nacional, portanto, só pode ser de qualidade uma educação que garanta o pleno desenvolvimento humano, para todos em estabelecimentos públicos, gratuitos e que permitam a cada um percorrer todo seu percurso. O trabalho destaca as condições de realização desta promessa no contexto do financiamento da educação pública brasileira que, com o FUNDEB, retoma a perspectiva de ampliação do investimento no conjunto da educação básica, porém, ainda em patamares desiguais e insuficientes de recursos. Para dimensionar que condições de qualidade tal padrão de financiamento tem garantido, o artigo faz a comparação de um indicador de condições de qualidade de oferta do ensino fundamental (ICQ) de redes municipais e estaduais de ensino e um cotejamento com as metas do Plano Nacional de Educação em tramitação desde 2011.

O quarto artigo publicado pela Revista Fineduca é de autoria do professor João Monlevade e é denominado “Construção da complexidade do financiamento da educação pública no Brasil”. Neste trabalho, o autor discute a natureza pública e gratuita da educação no Brasil. O autor faz uma recuperação histórica sobre a questão, com ricas informações sobre a constituição do financiamento da educação no país, até chegar à atualidade, quando apresenta a base constitucional que sustenta a política de financiamento da educação. Para concluir, o autor discute a complexa atualidade deste campo, avaliando a (in)suficiência da política de fundos diante das demandas educacionais do país.

Nelson C. Amaral elaborou o artigo que vem na sequência, intitulado “Constrangimentos Socioeconômicos no Acesso à Educação Superior no Brasil”. Neste trabalho, prof. Amaral apresenta o panorama dos recursos financeiros das IES brasileiras (1999-2009), relativizando-os em relação aos recursos do PIB e dimensionando o tamanho da educação superior brasileira no contexto futuro da finalização do novo Plano Nacional de Educação (PNE) em discussão no Congresso Nacional. Além de quantificar o montante de recursos necessários em 2023, o estudo analisa o perfil socioeconômico da população alvo da educação superior brasileira, e discute onde estaria o limite estabelecido pela realidade da desigualdade social existente no Brasil, que está impondo constrangimentos às famílias para manterem seus filhos em IES; mesmo nas públicas, sem o pagamento de mensalidades. Por fim, o artigo explicita os desafios a serem enfrentados para se atingir uma taxa bruta de 50% e uma taxa líquida de 33% na educação superior brasileira, no final da década do novo PNE.

O sexto artigo que publicamos em 2012 é de autoria de Nalu Farenzena e se intitula “Panoramas do gasto público e da oferta de educação básica na perspectiva da esfera estadual”. Neste artigo, a autora elabora um panorama da oferta educacional e do financiamento da educação considerando os governos estaduais e as redes estaduais de ensino. Tal contexto contém três planos: delimitações das responsabilidades dos governos estaduais na educação, com base no ordenamento normativo; a repartição de matrículas na educação básica nas unidades da federação, considerando as redes públicas estadual e municipal; receitas e gastos em educação. O artigo evidencia a desigualdade na capacidade de financiamento da educação entre os Estados, bem como chama a atenção para os movimentos, interligados, de diminuição de matrículas nas redes estaduais e de aumento no gasto por aluno, mesmo com a redistribuição do Fundeb.

O sétimo artigo é de autoria de Rosana E. da Cruz e é intitulado “Os recursos federais para o financiamento da educação básica”. Neste trabalho, é analisada a gestão dos recursos federais destinados à educação básica ofertada por estados e municípios, apresentando os principais programas, os critérios de distribuição dos recursos e os valores envolvidos, especialmente os coordenados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O trabalho mostra que a participação da União na oferta da educação básica é ínfima, cabendo ao governo federal desenvolver ações suplementares que contribuam para a universalização da escolaridade obrigatória, sob a responsabilidade de estados e municípios, o que ocorre mediante programas geridos pelo FNDE. O trabalho conclui mostrando que a União utiliza algumas estratégias para exercer sua função supletiva e redistributiva em relação a estados e municípios, com vistas à equalização das oportunidades educacionais na oferta da educação básica em diferentes regiões do país, sendo que as ações do FNDE são centrais para analisar a efetividade da referida função.

O próximo artigo publicado é de autoria de Paulo S. Martins, “O financiamento da educação no legislativo”. O trabalho mostra que o Poder Legislativo é constituído não só em um local privilegiado de debate, mas também em instância decisiva de formulação de propostas e deliberação acerca do financiamento da educação. O artigo rejeita a ideia de que o Legislativo tem sido um mero ratificador ou coadjuvante de decisões do Poder Executivo e demonstra isto com vários dados. O autor discute, ainda, os procedimentos por meio dos quais são debatidas as matérias de interesse da educação (tipos de proposição, regras de apreciação e instâncias de deliberação).

Juliana Subirá e Marina Godoy são as autoras do artigo “Remuneração dos professores no Paraná: uma análise das condições de vencimento inicial na rede estadual de ensino e na rede municipal de ensino

de Curitiba”, que foi publicado na sequência. Neste trabalho, as autoras mostram que a remuneração dos professores do magistério público tem perpassado as políticas educacionais das últimas décadas, assim como o atrelamento da valorização docente com a remuneração destes profissionais da educação nas legislações. O trabalho analisa a questão no âmbito da Constituição Federal de 1988, que menciona o piso salarial profissional nacional aos profissionais da educação como um dos objetivos à valorização do magistério. O artigo analisa a questão dentro de um contexto empírico mais específico, por meio do cotejamento das políticas nacionais com a estadual do Paraná e a municipal da capital deste estado, quanto ao vencimento inicial dos professores do ensino fundamental.

O décimo artigo publicado em 2012 pela Revista Fineduca foi “Financiamento da educação e remuneração docente na educação básica: uma abordagem a partir de planos de carreira, vencimentos e composição remuneratória em 2010”, de autoria coletiva de Márcia A. Jacomini, Maria Angélica P. Minhoto, Rubens B. de Camargo. Os autores trazem aspectos conceituais, políticos e práticos da remuneração e carreira docentes como elementos de análise próprios da área de Financiamento em Educação. Estuda a estrutura da remuneração e da carreira, em diferentes estados e municípios brasileiros, com o propósito de revelar o impacto das políticas de valorização docente. O artigo conclui que para definir e, sobretudo, para elevar o padrão remuneratório dos professores brasileiros, é imprescindível o aumento dos fundos destinados à educação, além da pressão docente e da vontade política de gestores.

O artigo seguinte publicado foi de autoria de Eldra C. da Silva, intitulado “Carreira, salário e condições de trabalho docente: os efeitos do Fundeb na política de valorização dos professores em dois municípios paraenses”. Este artigo apresentou uma discussão acerca dos efeitos do FUNDEB na política salarial dos professores da rede municipal, nos municípios de Oriximiná e Óbidos, Pará. O estudo procurou responder se houve modificações na política de valorização dos professores com a implementação do FUNDEB e do Piso Salarial Nacional, bem como buscou compreender quais as iniciativas tomadas pelos governos dos municípios mencionados para garantir uma política de valorização do profissional do magistério a partir da implementação do FUNDEB. A autora, ao final, mostra que o FUNDEB ainda não se revelou como instrumento de valorização do profissional do magistério da Educação Básica nos municípios estudados.

O último artigo publicado no Volume 2 por nossa Revista Fineduca foi “O ensino médio de Mato Grosso do Sul na legislação educacional: o financiamento de 1999 a 2006”, de Jorge Luis D’Ávila. Neste trabalho, o autor apresenta a estrutura do financiamento do ensino médio no estado de Mato Grosso do Sul (MS), entre 1999 e 2006. O autor faz uma apresentação sobre a organização da arrecadação tributária, uma vez que as fontes de recursos que financiam a educação brasileira estão vinculadas aos impostos arrecadados. O estudo conclui que o governo do estado de MS não aplicou no período estudado os recursos exigidos pela legislação educacional, mesmo tendo suas contas foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do estado.

Com esse esforço, mesmo com algum atraso, concluímos mais um volume de nossa Revista. A pauta do financiamento da educação cresce no Brasil, especialmente neste contexto de elaboração do novo Plano Nacional de Educação, no qual a luta pela aprovação da ampliação dos investimentos públicos em educação para pelo menos 10% do PIB se constitui em um dos elementos centrais.

OS EDITORES

Editor

Juca Gil - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Comitê Editorial

Andréa Barbosa Gouveia - Universidade Federal do Paraná, Brasil

Ângelo Ricardo de Souza - Universidade Federal do Paraná, Brasil

Rubens Barbosa de Camargo – Universidade de São Paulo, Brasil

Conselho Editorial

Alejandro Morduchowicz
Universidad Pedagógica, Provincia de Buenos Aires, Argentina

Fernanda Saforcada
Universidade de Buenos Aires, Argentina

Jacques Velloso
Universidade de Brasília, Brasil

João Monlevade
Senado Federal, Brasil

Jorge Abrahão de Castro
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA, Brasil

José Marcelino de Rezende Pinto
Universidade de São Paulo, Brasil

Lisete Regina Gomes Arelaro
Universidade de São Paulo, Brasil

Luis Carlos Sales
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Luiz de Sousa Junior
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Luiz Fernandes Dourado
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Magna França
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Maria Beatriz Luce
Universidade Federal do Pampa, Brasil
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Marcos Edgar Bassi
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Maria Dilnéia Espíndola Fernandes
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Nalú Farenzena
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Nelson Cardoso do Amaral
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Nicholas Davies
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Rosana Evangelista Cruz
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Rosana Gemaque
Universidade Federal do Pará, Brasil

Robert E. Verhine
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Romualdo Portela de Oliveira
Universidade de São Paulo, Brasil

Theresa Adrião
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Tristan McCowan
University of London, Reino Unido

Vera Jacob
Universidade Federal do Pará, Brasil

Vera Peroni
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Vitor Henrique Paro
Universidade de São Paulo, Brasil

Equipe editorial

Projeto gráfico e diagramação: Tiago Tavares

Revisão de português e normalização: Ana Tiele Antunes

Revisão de inglês: Ana Paula Ferreira

Fineduca – Revista de Financiamento da Educação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Faculdade de Educação

Av. Paulo Gama, s/n | sala 1004 | CEP: 90046-900 | Porto Alegre / RS

Telefone/Fax: (55) 51 3308-3103 | e-mail: revista.fineduca@gmail.com | site: <http://seer.ufrgs.br/fineduca>